

TÍTULO

A escolarização na Fundação CASA: dificuldades do processo educativo e as percepções de internos e educadores

AUTORES E ORIENTADOR

Estudantes de Graduação em Psicologia na Universidade Anhembi Morumbi:

Giovanna Abid Batista Dias

Maria Eduarda de Oliveira Silva Pereira

Sarah Martins de Queiroz

Professor Orientador:

João Ricardo Teixeira Leite de Souza (psicólogo, docente na Graduação em Psicologia na Universidade Anhembi Morumbi; (joao.r.souza@animaeducacao.com.br)

ODS

4 - Educação de Qualidade

JUSTIFICATIVA DA ODS ESCOLHIDA

Estudo sobre a escolarização de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de internação na Fundação CASA, buscando compreender potências e limites da política pública e como podemos contribuir enquanto pesquisadores e profissionais para oferecer uma educação de qualidade para estes jovens, que permita que eles desenvolvam projetos de vida e que diminua suas chances de reincidência nos atos infracionais.

RESUMO

A educação no Brasil é vista como chave para a inserção social, cultural e econômica, além de proteger crianças e adolescentes de atividades ilícitas. Jovens em conflito com a lei são encaminhados a medidas socioeducativas, como as de internação, onde recebem atendimento escolar adaptado. Em São Paulo, a Fundação CASA é responsável por essas medidas. Este estudo qualitativo analisou práticas educativas na instituição, com base em revisão narrativa de literatura sobre estudos que realizaram entrevistas com jovens internos e educadores. Os resultados mostram que a escolarização, apesar de oferecer acolhimento, enfrenta limitações em construir projetos de vida sólidos para os jovens pós-internação. Além disso, são comuns relatos de violência institucional. As trajetórias desses jovens refletem exclusões sociais e educacionais, levando ao ato infracional. O estudo reforça a necessidade

de políticas públicas que acompanhem os jovens após a internação e previnam desigualdades, promovendo oportunidades que evitem atos infracionais.

INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 reconheceu a educação como direito universal, obrigatória dos 4 aos 17 anos, alinhando-se à Convenção sobre os Direitos da Criança. Historicamente, a escolarização popularizou-se com a Revolução Industrial para atender às demandas do mercado. Até hoje, escolaridade é vista como chave para inserção e ascensão no trabalho, mas sua ausência pode levar jovens vulneráveis a atividades ilícitas.

No Brasil, adolescentes que cometem infrações cumprem medidas socioeducativas em instituições como a Fundação CASA, que alia educação e ressocialização. Estas instituições oferecem um currículo adaptado, focado no desenvolvimento acadêmico e socioemocional. Apesar das dificuldades, como infraestrutura precária e falta de individualização pedagógica, essa escolarização pode ser transformadora, ampliando perspectivas de futuro.

Este estudo examina a relação entre a escolarização na Fundação CASA e as histórias de vida dos jovens atendidos, propondo reflexões críticas sobre desigualdades e oportunidades. Ressalta-se a importância de políticas públicas que promovam não apenas a punição, mas a reintegração social com dignidade, incluindo educação formal, profissionalização e apoio psicológico. A análise busca identificar falhas e potencialidades das políticas atuais, sugerindo melhorias para garantir direitos e ampliar as oportunidades desses jovens, impactando positivamente toda a sociedade.

MÉTODO

O propósito central deste estudo é investigar como ocorre a escolarização dentro da Fundação CASA para jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de internação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com uso de fontes documentais e pautada na metodologia de revisão narrativa de literatura (Baumeister; Leary, 1997). O trabalho busca ampliar a compreensão do fenômeno, abordando suas potências, limitações e contradições. A revisão narrativa permite explorar diferentes perspectivas, favorecendo uma análise aprofundada, mas não exaustiva, sobre a escolarização em um contexto de desigualdades sociais e econômicas.

A pesquisa utilizou dados de entrevistas de cinco estudos principais: três com jovens internados, relatando suas experiências educacionais na Fundação CASA (Francisco; Martins, 2014; Marzochi, 2014; Costa; Alberto; Silva, 2019) e dois com educadores internos e

externos (Cunha; Dazzania, 2018; Spadaccini, 2020). Complementarmente, foram incluídos trabalhos adicionais para enriquecer a discussão teórica.

A análise abrangeu o histórico e funcionamento da Fundação CASA, além dos princípios das medidas socioeducativas. Os relatos revelam desafios como infraestrutura precária e rotatividade de educadores, mas também apontam potencial transformador da escolarização. Ao final, o estudo propõe reflexões sobre como fortalecer os aspectos positivos dessa política pública e superar obstáculos, contribuindo para a reintegração social dos jovens.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente) é uma instituição do estado de São Paulo dedicada à aplicação de medidas socioeducativas (MSEs) a jovens de 12 a 21 anos incompletos envolvidos em atos infracionais. Orientada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), busca garantir direitos e promover a reintegração social por meio de programas individualizados que responsabilizam o jovem, sem tratá-lo como criminoso adulto, mas reconhecendo seu estágio de desenvolvimento.

As MSEs variam de advertências e reparações de danos até a prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida (LA), semiliberdade e internação. No regime de LA, o jovem é acompanhado para reintegração social, enquanto a semiliberdade permite atividades externas supervisionadas. Já a internação, restrita a casos graves, assegura acesso à educação, profissionalização e atividades culturais.

Historicamente, a Fundação CASA sucedeu a FEBEM, marcada por denúncias de violência, e passou por reformulações para adequar-se aos princípios do ECA, incluindo descentralização e construção de unidades menores. Atualmente, atende principalmente jovens negros, do sexo masculino, entre 15 e 17 anos, majoritariamente por envolvimento com tráfico de drogas e roubos qualificados.

A escolarização na Fundação CASA inclui projetos adaptados à duração das MSEs. Internos em regime provisório participam do “Projeto Explorando o Currículo”, com enfoque multidisciplinar, enquanto os de internação prolongada integram o “Projeto Revitalizando a Trajetória Escolar”, que busca desenvolver competências por meio de um ensino crítico e contextualizado. Além disso, o programa “Depois do Amanhã”, lançado em 2023, apoia jovens egressos, promovendo acesso a oportunidades de trabalho, educação e assistência social. No entanto, desafios persistem na universalização de programas de acompanhamento

no Brasil, variando em objetivos e estrutura entre os estados, o que limita a efetividade na reinserção social.

A educação nas instituições socioeducativas enfrenta desafios estruturais e pedagógicos que comprometem sua capacidade de transformar a vida dos jovens internos. Estudos que entrevistaram adolescentes em medidas socioeducativas, como os de Costa, Alberto e Silva (2019), revelam que muitos percebem o ambiente institucional como punitivo e autoritário, marcado por práticas violentas e regras informais impostas pelos agentes socioeducativos. Relatos indicam que essas abordagens reforçam sentimentos de revolta, em vez de promover a responsabilização ou o desenvolvimento pessoal. Os jovens destacaram a importância da escolarização como meio de transformação, mas criticaram a precariedade das escolas nas unidades, como falta de recursos e infraestrutura inadequada.

Marzochi (2014) explorou as perspectivas dos adolescentes sobre educação, com relatos que mostram como a atenção e dedicação de alguns professores podem ser um diferencial. Jovens mencionaram que, apesar das limitações, o respeito e a dedicação docente são aspectos que os motivam a aprender, reforçando a relevância de uma abordagem humanizada e inclusiva.

Pesquisas com educadores também destacam desafios e mudanças de percepção. Spadaccini (2020) entrevistou professores externos ao sistema, revelando uma visão inicial negativa sobre os internos, marcada por estigmas, embora parte deles passe a reconhecer o potencial de transformação dos jovens. Já Cunha e Dazzania (2018) mostraram que professores internos, após o contato direto com os adolescentes, tendem a adotar uma abordagem mais crítica e acolhedora, percebendo os alunos como pessoas com capacidades e carências profundas, especialmente afetivas.

Esses estudos enfatizam que a educação nas medidas socioeducativas carece de recursos e de uma proposta pedagógica eficaz. Contudo, também mostram que a valorização do potencial humano e o apoio emocional são elementos centrais para o sucesso na ressocialização dos jovens.

CONCLUSÕES

A educação nas instituições socioeducativas, como a Fundação CASA, enfrenta desafios estruturais e culturais que refletem o histórico de exclusão social dos jovens internos, majoritariamente negros e periféricos. Esses adolescentes compartilham histórias marcadas pela ausência de direitos básicos, violência e vulnerabilidade, reforçando práticas de necropolítica que perpetuam ciclos de marginalização e invisibilidade.

Estudos destacam como a escolarização pode ser uma ferramenta transformadora, mas frequentemente é percebida pelos jovens como uma mera formalidade para obter liberdade. Relatos de internos e educadores, como os apresentados por Marzochi (2014), mostram que o acolhimento e a dedicação de professores podem ter um impacto positivo, promovendo senso de pertencimento e curiosidade. No entanto, a falta de recursos, currículos descontextualizados e práticas punitivas limitam o potencial emancipador da educação.

A formação insuficiente de agentes socioeducativos e a ausência de políticas públicas eficazes no período pós-internação agravam os desafios, destacando a necessidade de projetos pedagógicos que dialoguem com a realidade dos jovens e fortaleçam sua inclusão social. O currículo tradicional da Fundação CASA, voltado ao mercado de trabalho, falha em oferecer ferramentas para uma transformação integral.

Além disso, práticas autoritárias, como as propostas em modelos de escolas cívico-militares, reforçam um sistema de controle e subordinação, em detrimento da liberdade e da crítica. Para promover uma educação democrática, é essencial garantir infraestrutura, recursos e políticas públicas que valorizem tanto os direitos humanos quanto o potencial emancipador da educação. Apenas com ações integradas e acolhedoras será possível romper com o ciclo de exclusão e violência que permeia a trajetória desses jovens.

REFERÊNCIAS

- BAUMEISTER, Roy F.; LEARY, Mark R. Writing narrative literature reviews. **Review of General Psychology**, v. 1, n. 3, p. 311-320, 1997.
- COSTA, Cibele S. S.; ALBERTO, Maria de Fatima P.; SILVA, Erlayne B. F. L. Vivências nas medidas socioeducativas: possibilidades para o projeto de vida dos jovens. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019.
- CUNHA, Eliseu O.; DAZZANIA, Maria Virgínia M. A escolarização de adolescentes infratores em um contexto de privação de liberdade. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, v. 34, n. 17, p. 34-43, 2018.
- FRANCISCO, Julio C.; MARTINS, Marcos F. Adolescentes em privação de liberdade na Fundação CASA – Sorocaba/SP: ato infracional e processo educativo. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [s. l.], n. 38, p. 183–201, 2014.
- MARZOCHI, Andréa S. **História de vida dos jovens da Fundação CASA: o lugar da escola nessas vidas**. Dissertação (Mestrado em Educação). UNICAMP, 2014.

SPADACCINI, Patricia C. Perspectivas de futuro de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Dissertação (Mestrado em Educação: Formação de Formadores). PUCSP: São Paulo, 2020.